

A Comunhão Virtual e a Pandemia de Covid-19

Prefácio do Presidente da Comissão Permanente Inter Anglicana sobre Unidade, Fé e Ordem

A IASCUFO reuniu-se e analisou o documento breve e muito útil da Consulta Litúrgica Anglicana Internacional sobre "eucaristias virtuais". Temos o prazer de recomendar este documento, e particularmente as suas Sugestões para o caminho a seguir, aos Primazes, como orientação para as Igrejas Membros sobre a questão da Eucaristia em tempos de reunião pública limitada, como na recente pandemia da COVID-19. Reconhecemos que a urgência desta questão diminuiu um pouco desde que os efeitos da pandemia passaram, mas continua a ser uma orientação útil numa época em que a interação entre as pessoas acontece cada vez mais online. Embora a maioria das igrejas tenha agora regressado às reuniões presenciais, há mais igrejas que oferecem culto online do que antes da pandemia, pelo que os conselhos deste documento continuam a ser válidos.

Estamos conscientes de que estes conselhos, tal como muitas outras orientações, terá de ser contextualizado em diferentes ambientes em toda a Comunhão global. Estamos também conscientes de que é necessário trabalhar mais sobre uma teologia da Internet, da presença online e da inteligência artificial, em particular em torno do significado do "espaço" online, que está a tornar-se cada vez mais uma dimensão em que grande parte da vida é vivida, em particular para muitos jovens. A consciência crescente de um espaço digital, por exemplo, nas simulações online de comunidade, nas redes sociais e na "realidade virtual", é um fator que exige reflexão teológica para o futuro.

No entanto, ao refletirmos sobre as questões teológicas levantadas pela pandemia e os respetivos confinamentos para a nossa teologia e prática da Eucaristia, este documento fornece, a nosso ver, uma orientação útil para navegarmos nestas questões para o futuro.

Caso os Primazes desejem chamar a atenção do CCA para este trabalho, apresenta-se abaixo um projeto de resolução com informação de base.

O Reverendo Dr. Graham Tomlin

Presidente, IASCUFO

O mandato da IASCUFO é

- Promover o aprofundamento da Comunhão entre as Igrejas da Comunhão Anglicana, e entre essas Igrejas e as outras Igrejas e tradições da *oikumene* cristã
- Aconselhar as Províncias e os Instrumentos da Comunhão sobre todas as questões de compromisso ecuménico, propostas de acordos ecuménicos nacionais, regionais ou internacionais ou esquemas de cooperação e unidade, bem como sobre questões que tocam a Fé e a Ordem Anglicanas
- analisar os desenvolvimentos nas áreas da fé, ordem ou unidade na Comunhão Anglicana e entre os parceiros ecuménicos, e aconselhar as Igrejas da Comunhão Anglicana ou os Instrumentos da Comunhão sobre os mesmos, com a intenção de promover a compreensão comum, a consistência e a convergência tanto nos assuntos da Comunhão Anglicana como no envolvimento ecuménico
- assistir qualquer Província na avaliação de novas propostas nas áreas de Unidade, Fé e Ordem, conforme solicitado.

Comunhão Virtual e a Pandemia de Covid-19

Consulta Internacional de Liturgia Anglicana

1. Introdução

Este pequeno documento foi produzido por um pequeno grupo de membros da Consulta Internacional de Liturgia Anglicana (IALC), a quem foi pedido pela Reunião dos Primazes que considerasse as questões litúrgicas e teológicas levantadas pela prática da comunhão virtual em algumas partes da Comunhão Anglicana durante a pandemia de Covid-19.

Começámos a nossa reflexão discutindo algumas analogias que são agora tomadas como garantidas onde quer que o acesso à Internet esteja disponível. Várias combinações de chamadas de voz e vídeo através de redes de custo relativamente baixo, unem agora famílias dispersas em tempo real. A capacidade de utilizar estes meios de comunicação já não é considerada como algo próprio de uma geração com menos de 30 anos: manter o contacto com os netos constituiu uma poderosa motivação para uma geração mais velha. Quando surgem problemas técnicos na comunicação doméstica ou no escritório, é possível que um conselheiro assuma o controlo de um dispositivo a partir de um local distante e preste apoio. Se a familiaridade com plataformas como o WhatsApp, FaceTime, Facebook, Skype e Zoom não tivesse já feito parte da vida social e profissional de muitas pessoas, as igrejas poderiam ter tido dificuldades em manter as congregações multigeracionais unidas de alguma forma nos meses que se seguiram a março de 2020. No entanto, as opiniões têm-se dividido quanto à adequação e eficácia das reuniões virtuais para o culto. Provavelmente, o tema mais polémico foi a celebração da Eucaristia.

Reconhecemos que o cenário normativo para a celebração da Eucaristia numa comunidade local (um termo amplo e não totalmente satisfatório, mas que pretende exprimir a unidade geográfica) é um único local físico, com os fiéis reunidos ao mesmo tempo. Numa atuação ideal, os membros da congregação estariam presentes durante toda a duração da liturgia; participariam plenamente nas orações de preparação; participariam na confissão genuinamente conscientes dos seus próprios pecados e receberiam verdadeiro conforto na absolvição; ouviriam e meditariam sobre as escrituras e o sermão; alinhar-se-iam com as orações de intercessão; exprimiriam uma reconciliação genuína e o amor ao próximo na troca da paz; dariam o seu coração e a sua mente à oferta da Oração Eucarística; e partiriam com a sua fé confirmada e reforçada pela participação no corpo e no sangue de Cristo, recém-comprometidos a oferecerem-se a Deus como sacrifícios vivos na sua vocação ao mundo.

Um tal ato de culto existe com mais segurança nas páginas dos manuais litúrgicos e dos comentários pastorais sobre a Eucaristia do que na vida das comunidades eucarísticas. A prática do culto público está cheia de distrações de todo o tipo. No entanto, por mais imperfeitas que sejam a maior parte das celebrações, se medidas pelo critério da atenção exata às rubricas e do pleno envolvimento dos participantes, o facto de se reunir é indispensável. O mantra do "povo do Senhor à mesa do Senhor no dia do Senhor" continua a ser poderoso.

Na nossa discussão sobre as eucaristias virtuais, o grupo teve de decidir como é que os elementos necessários que reconhecemos na prática litúrgica "face a face" ou "presencial" poderiam ser identificados nas reuniões virtuais. A nossa abordagem consistiu em considerar a

situação com que as comunidades de culto foram confrontadas e em examinar as várias formas de a abordar.

Parece haver um consenso de que os serviços em linha da palavra e da oração são, se menos do que ideais, não censuráveis. Esses serviços podem ser dirigidos por leigos e têm proporcionado uma importante continuidade durante a pandemia. Não reunimos provas, mas pode até ser que as comunidades que dependem da visita de um sacerdote de duas em duas semanas ou mesmo mensalmente, tenham podido, nos últimos 18 meses, participar num ato de culto semanal que não lhes era anteriormente acessível.

2. A celebração da Eucaristia durante a pandemia de Covid-19

No que diz respeito às celebrações da Eucaristia/Santa Comunhão, as abordagens que foram adotadas incluem as seguintes:

- As comunidades de fiéis optaram por se abster completamente das celebrações eucarísticas até que toda a comunidade possa voltar a reunir-se no seu local habitual de reunião. Os serviços da palavra e da oração tornaram-se a dieta litúrgica de base.
- Algumas comunidades promoveram ativamente a prática da comunhão espiritual. À primeira vista, isto é levar a sério a garantia introduzida no Livro de Oração de 1662, de que se, por um impedimento justo, não recebermos o Sacramento, mas estivermos devidamente preparados para o fazer, podemos, no entanto, "comer e beber o Corpo e o Sangue de nosso Salvador Cristo proveitosamente para a saúde da [nossa] alma" [3ª rubrica a seguir à "Comunhão dos Doentes", O Livro de Oração Comum (1662)]. As interpretações locais e individuais da Comunhão Espiritual produziram, no entanto, uma série de variantes. A maior parte delas perde de vista o significado de um sentimento de estar unido em espírito com a comunidade que recebe o sacramento. Nas suas manifestações mais estranhas, preveem uma espécie de experiência espiritual individualizada que pode ser convocada à vontade, e em qualquer altura, sem qualquer ligação necessária à prática comunitária de um corpo litúrgico com o qual o indivíduo se identifica.
- - A transmissão direta (ou a transmissão de celebrações pré-gravadas), em que só o presidente recebe a comunhão, tornou-se outra solução. A principal consequência imprevista desta solução foi o regresso da missa privada, que a tradição anglicana rejeita explicitamente; e, se estiverem presentes outras pessoas no local onde a Eucaristia é celebrada, um sentimento de queixa pelo facto de a família do presidente poder receber a comunhão, mas não a congregação em geral. Uma outra preocupação relaciona-se com a linguagem que descreve o presidente a receber a comunhão em nome da congregação virtual. Isto é problemático tanto em termos da teologia da presidência eucarística (em que o presidente tem um papel litúrgico representativo, mas nunca atua em nome do povo; por exemplo, a Oração Eucarística, articulada pelo presidente, é a oração de toda a assembleia; o presidente não a oferece em seu nome) como da teologia da comunhão espiritual (uma vez que sugere que o meio de receção da comunidade é através da comunhão do presidente).
- A transmissão direta (ou a transmissão de celebrações pré-gravadas), em que o presidente afirma expressamente (ou sugere o mesmo pelas suas ações) consagrar os elementos à distância, proporcionou uma forma de levar o ato de consagração e receção às casas dos participantes à distância. Abordar com rigor esta opção implica uma viagem à pneumatologia que ultrapassa o âmbito deste documento. Foi bem argumentada por um teólogo da Igreja Reformada Unida (John

Bradbury), embora ele tenha sido rápido a dizer que os seus argumentos se referem especificamente à sua própria Igreja.

- Permanece aberta a possibilidade de que alguns possam, sem encorajamento ou convite explícito, ou mesmo apesar do desencorajamento explícito, optar por fornecer o seu próprio pão e vinho e receber simultaneamente com aqueles que estão efetivamente a receber numa celebração online. Isto está fora do controle das autoridades eclesiais. Embora o valor da "igreja doméstica" tenha sido ativamente discutido e afirmado durante a pandemia, as eucaristias domésticas sem a presença de um ministro ou ministra ordenada foram - pelo menos para os anglicanos - outra consequência imprevista.

3. Questões decorrentes da participação remota na Eucaristia

As principais questões que surgem das variantes da receção em casa incluem:

- Deve o serviço ser em "tempo real"? Ou seja, a Eucaristia deve ser transmitida ao vivo em vez de ser pré-gravada e vista mais tarde? Note-se que a maior parte das plataformas de transmissão em direto têm um pequeno atraso.
- O presidente deve tocar fisicamente nos elementos - ou pelo menos tê-los perto de si - para efetuar a consagração?
- A intenção sacramental do presidente pode estender-se para além dos elementos que estão sobre a mesa? Até onde e com que limites se pode estender esta intenção? Se o sacerdote não pode ver o pão e o vinho e pode não ter consciência da sua existência, como pode haver intenção de consagrar? Esta questão torna-se mais urgente à medida que as pessoas exercem o poder de escolher a sua celebração preferida. É perfeitamente possível viver nos Estados Unidos e juntar-se a uma paróquia em Inglaterra para a sua Eucaristia, ou mesmo experimentar as celebrações de diferentes comunidades em diferentes ocasiões. Escusado será dizer que esta prática itinerante em linha irá muito provavelmente atravessar as fronteiras eclesiais e geográficas.
- São as palavras e ações do presidente que são primordiais, ou é a fé de quem recebe, tendo em conta os Artigos [da Religião] 28 e 29, que "o meio pelo qual o corpo de Cristo é recebido e comido na Ceia é a Fé" e que "aqueles que não têm uma fé viva, embora pressionem carnal e visivelmente com os seus dentes (como diz Santo Agostinho) o Sacramento do Corpo e Sangue de Cristo, de modo algum são participantes de Cristo"?
- Será que a comunhão "virtual" é mais incómoda para a teologia anglicana do que, por exemplo, uma pessoa leiga que leva o sacramento reservado a um residente de um lar de idosos? O ponto de vista do grupo é que os elementos reservados para a comunhão dos doentes deveriam ter sido consagrados numa celebração pública da Eucaristia, e que a pessoa doente está assim associada a uma comunidade (por mais pequena que seja) reunida num determinado lugar e num determinado momento. A "Comunhão Espiritual", entendida corretamente, parece aplicar-se muito de perto àqueles que estão inevitavelmente separados da celebração da comunidade, especialmente os doentes, os prisioneiros ou aqueles que, devido às circunstâncias, não têm acesso à liturgia da Igreja.
- Será que os benefícios pastorais perceptíveis, como o encorajamento dos participantes a perseverarem na sua fé, se sobrepõem à precisão teológica em circunstâncias

invulgares? Ou seja, podemos dar-nos ao luxo de adotar uma abordagem pragmática durante as limitações impostas pela Covid-19 (ou por uma pandemia semelhante)? Ou será que isso inevitavelmente transbordará para a prática regular e se tornará rotina, em detrimento de todos a longo prazo?

Qualquer pessoa com um pouco de conhecimento da história anglicana aperceber-se-á imediatamente de que a probabilidade de haver acordo sobre estas questões é baixa. Dadas as diferenças práticas de diocese para diocese e de província para província, o melhor que podemos provavelmente conseguir é perguntar o que pode ser amplamente recomendado e o que deve, tanto quanto possível, ser desencorajado.

4. Sugestões para o futuro

Algumas sugestões provisórias para o caminho a seguir:

- Qualquer tipo de serviço virtual deve ser visto como inferior ao ideal da comunidade cristã reunida no mesmo lugar (seja para participar na Eucaristia ou em qualquer outra forma de serviço).
- Ao mesmo tempo, reconhecemos que, para um grande número de pessoas, a vida litúrgica tem dependido de encontros virtuais, e que depreciá-los acriticamente é menosprezar a sinceridade daqueles para quem isso tem sido consideravelmente melhor do que nada.
 - Dito isto, pelas razões expostas neste documento, as Celebrações da Palavra em linha apresentam menos preocupações teológicas do que as celebrações virtuais da Eucaristia. Embora não sejam sacramentais num sentido técnico, as Celebrações da Palavra são diferentes das celebrações da Eucaristia, mas não inferiores a elas, e oferecem um meio de graça pelo qual a comunidade encontra Cristo através da proclamação da Palavra de Deus e é assim fortalecida no seu discipulado.
 - Em relação às celebrações virtuais da Eucaristia, não acreditamos que o conceito de consagração remota seja consistente com a teologia e a prática anglicanas e, portanto, não deve ser recomendado. De facto, iríamos ao ponto de propor que fosse desencorajado tanto quanto possível. Consideramos também que a prática de o presidente receber sozinho os elementos consagrados deve ser desencorajada.
 - Quando uma Eucaristia com uma congregação presencial é transmitida em direto para permitir que aqueles que não podem estar fisicamente presentes sejam incluídos na comunidade de culto, o uso do pão e do vinho em casa não deve ser encorajado. Apoiaríamos a disponibilização de recursos para ajudar o clero e as comunidades a considerar as questões teológicas e litúrgicas relacionadas com esta questão.
 - Deve-se notar que o Livro de Oração Comum permite a possibilidade de o serviço da Sagrada Comunhão ter lugar sem que a consagração e a administração dos elementos façam parte dele. Não nos foi possível determinar se a prática da celebração de Antecomunhão¹ é uma característica regular da prática local em qualquer parte da

¹ A liturgia da palavra (Pro-anáfora) da eucaristia, sem a Grande Ação de Graças nem a comunhão do povo. A Antecomunhão inclui a primeira parte do rito eucarístico através das orações do povo. Pode começar com a Ordem Penitencial, se se quiser fazer uma confissão de pecados. O LOC prevê que se cante um hino ou um hino depois das orações do povo e da recepção das ofertas do povo. A celebração pode terminar com a oração do Pai Nosso e com a graça, a bênção ou a paz. A Antecomunhão (sem a bênção final) pode ser dirigida por um diácono ou por um leigo, se não estiver disponível um sacerdote.

Comunhão Anglicana, especialmente porque estão normalmente disponíveis bons recursos para as Celebrações da Palavra. No entanto, alguns podem achar que a familiaridade das palavras e da estrutura é benéfica em circunstâncias como uma mudança inesperada para serviços online.

- Finalmente, perguntamo-nos se é demasiado tarde para explorar os recursos da tradição anglicana para uma discussão aprofundada do jejum e da abstinência como práticas espirituais. Em vez de se lamentarem pela privação eucarística, poderiam as comunidades ter encontrado formas positivas de se alinharem em solidariedade com um mundo mais vasto que sofre com a perda da liberdade, do emprego e do contacto humano? Mesmo em relação às questões contestadas da comunhão de um só tipo, uma tal abordagem poderia ter algum valor.

Dane Courtney (Igreja Anglicana da Austrália)
Lakshman Daniel (Igreja do Ceilão) Simon Jones
(Igreja de Inglaterra, Responsável pela
Convocação) Bridget Nichols (Igreja da Irlanda)

Advento de 2021

Este documento deve ser lido no contexto mais amplo da compreensão anglicana da Eucaristia. Para ilustrar isto, os apêndices fornecem textos-chave de fontes anglicanas e de Declarações Acordadas feitas com parceiros ecuménicos, que sublinham a importância de respeitar as normas e práticas da tradição anglicana partilhadas com a Igreja histórica, incluindo pressupostos em torno da reunião física e da receção dos elementos da mão do sacerdote.

- I. Alguns textos anglicanos sobre a Eucaristia
- II. Alguns textos anglicanos-ecuménicos sobre a Eucaristia

Apêndice I

Alguns textos anglicanos sobre a Eucaristia

Richard Hooker (1554-1600)

O fruto da Eucaristia é a participação do corpo e do sangue de Cristo. Não há nenhuma frase da Sagrada Escritura que diga que não podemos, por este sacramento, ser feitos participantes do seu corpo e sangue, a não ser que eles estejam primeiro contidos no sacramento, ou que o sacramento se converta neles. "Este é o meu corpo" e "este é o meu sangue", sendo palavras de promessa, se todos concordamos que, pelo sacramento, Cristo cumpre real e verdadeiramente em nós a sua promessa, por que nos preocupamos em vão com disputas tão ferozes sobre se, por consubstanciação ou por transubstanciação, o próprio sacramento é primeiro possuído com Cristo, ou não? Uma coisa que de modo algum pode nos ajudar ou atrapalhar, seja como for, porque nossa participação de Cristo neste sacramento depende da cooperação de seu poder onipotente, que o torna seu corpo e sangue para nós, seja com mudança ou sem alteração do elemento, como eles imaginam, não precisamos nos preocupar muito nem perguntar. Leis, Livro V.67.6

A presença real do corpo e do sangue abençoadíssimos de Cristo não deve, portanto, ser procurada no sacramento, mas no digno recetor do sacramento. V.67.5,6

Que seja suficiente, portanto, que eu me apresente à mesa do Senhor para saber o que recebo dele, sem procurar ou perguntar como Cristo cumpre sua promessa; que disputas e questões, inimigas da piedade, abatimentos da verdadeira devoção, e até agora nesta causa, mas muito pacientemente ouvidas, deixem-nas descansar; Que os curiosos e perspicazes batam a cabeça sobre as questões que quiserem, a própria letra da palavra de Cristo dá segurança clara de que esses mistérios nos prendem como pregos à sua própria cruz, que por eles extraímos, como tocando eficácia, força e virtude, até mesmo o sangue de seu lado chagado, nas feridas de nosso Redentor, mergulhamos nossas línguas, somos tingidos de vermelho por dentro e por fora, nossa fome é satisfeita e nossa sede para sempre saciada; são coisas maravilhosas que ele sente, grandes que ele vê e inauditas que ele pronuncia, cuja alma é possuída por este Cordeiro Pascal e alegra-se na força deste vinho novo, **este pão tem em si mais do que a substância que os nossos olhos veem, este cálice santificado com bênção solene sirva para a vida e bem-estar infinitos tanto da alma como do corpo, na medida em que serve tanto como um remédio para curar as nossas enfermidades e purgar os nossos pecados como para um sacrifício de ação de graças; com o toque, santifica, ilumina com a fé, conforma-nos verdadeiramente à imagem de Jesus Cristo;** o que estes elementos são em si mesmos, não importa, é suficiente que para mim, que os tomo, sejam o corpo e o sangue de Cristo, a sua promessa em testemunho disto é suficiente, a sua palavra ele sabe qual o caminho a seguir; por que razão deveria qualquer cogitação possuir a mente de um fiel comunicante senão esta, Ó meu Deus, tu és verdadeiro, Ó minha Alma, tu és feliz! " Laws of Ecclesiastical Polity V.67.12

O Livro de Oração Comum (1662)

Uma rubrica que define o que fazer e como fazer foi acrescentada ao Livro de Oração Comum em 1662 e orienta claramente que "o sacerdote deve tomar a Patena nas suas mãos"; que o sacerdote deve "partir o pão"; que o sacerdote deve "impor as suas mãos sobre o Pão"; e que

o sacerdote deve "impor a sua mão sobre cada recipiente (seja Cálice ou Jarro) em que haja qualquer Vinho a ser consagrado".

O Quadrilátero Chicago-Lambeth (1888)

Este texto, afirmado pela Conferência de Lambeth em 1888 como base para *'reunion'*, ou seja, a unidade cristã, assume uma posição comum, histórica, sobre a celebração da Eucaristia, embora reconheça a variação potencial na administração local do episcopado histórico.

- i. As Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, como "contendo todas as coisas necessárias para a salvação", e como sendo a regra e o padrão último da fé.
- ii. O Credo dos Apóstolos, como o Símbolo Batismal; e o Credo Niceno, como a declaração suficiente da fé Cristã.
- iii. Os dois Sacramentos ordenados pelo próprio Cristo - o Batismo e a Ceia do Senhor - ministrados com o uso infalível das palavras de Instituição de Cristo, e dos elementos ordenados por Ele.
- iv. O Episcopado Histórico, adaptado localmente nos métodos de sua administração às necessidades variadas das nações e povos chamados por Deus para a Unidade de Sua Igreja.

Conferência de Lambeth 1897

Resolução 50

Onde surgirem dificuldades no que diz respeito à administração da Sagrada Comunhão aos doentes, recomendamos que essas dificuldades sejam deixadas para serem tratadas pelo bispo de cada diocese, de acordo com a direção contida no prefácio do Livro de Oração da Igreja de Inglaterra "Relativo ao Serviço da Igreja"; E uma vez que nada pode ser tão claramente estabelecido, mas podem surgir dúvidas no uso e prática do mesmo; para apaziguar toda essa diversidade (se alguma surgir) e para a resolução de todas as dúvidas, relativamente à maneira de entender, fazer e executar as coisas contidas neste Livro; as partes que assim duvidam, ou diversamente tomam qualquer coisa, devem sempre recorrer ao Bispo da Diocese, que por sua discricção tomará ordem para a tranquilização e apaziguamento das mesmas; de modo que a mesma ordem não seja contrária a qualquer coisa contida neste Livro. E se o Bispo da Diocese estiver em dúvida, então ele pode enviar a resolução do assunto ao Arcebispo.

Conferência de Lambeth 1908

Resolução 31

Pelas razões apresentadas no Relatório sobre a Administração da Sagrada Comunhão, bem como por outras razões, a Conferência está convencida de que não é desejável fazer, com base no alarme quanto ao possível risco de infecção, qualquer mudança na maneira de administrar a Sagrada Comunhão. Casos especiais que envolvam um risco excepcional devem ser apresentados ao bispo e tratados de acordo com a sua direção.

Resolução 32

A Conferência declara que os únicos elementos que a Igreja pode sancionar para uso na administração da Sagrada Comunhão são o pão e o vinho, de acordo com a instituição de nosso Senhor. Ao mesmo tempo que declara isto, a Conferência não se pronuncia sobre um tal procedimento que, em casos de absoluta necessidade, pode ser adotado em regiões particulares por aqueles bispos sobre os quais recai a responsabilidade de lidar com

uma necessidade imperativa. Mas insiste que qualquer divergência da prática da Igreja, se for justificada por uma necessidade real, deve cessar assim que as condições de necessidade terminarem.

Conferência de Lambeth 1920

Resolução 12: Reunificação da Cristandade

...

B. ...

i. ...

De acordo com os princípios da ordem da Igreja estabelecidos no Prefácio do Ordinal anexado ao Livro de Oração Comum, não pode aprovar a celebração nas igrejas Anglicanas da Santa Comunhão para membros da Igreja Anglicana por ministros que não tenham sido ordenados episcopalmente; e que deve ser considerado como regra geral da Igreja que os comunicantes Anglicanos devem receber a Santa Comunhão apenas pelas mãos de ministros da sua própria Igreja, ou de Igrejas em comunhão com ela.

C. C. Em vista das dúvidas e variedades de prática que causaram dificuldades no passado, a Conferência declara que:

1. Nada nestas Resoluções pretende indicar que a regra da confirmação como condicionando a admissão à Sagrada Comunhão deve necessariamente aplicar-se ao caso de pessoas batizadas que procuram a Comunhão em condições que, na opinião do bispo, justificam a sua admissão.
2. Nos casos em que é impossível obter previamente o parecer do bispo, o sacerdote deve lembrar-se que não tem autoridade canónica para recusar a Comunhão a qualquer batizado ajoelhado diante da Mesa do Senhor ...

Conferência de Lambeth 1968

Resolução 46: Relações com outras Igrejas: Anglicanos que comungam em outras Igrejas que não a Anglicana

A Conferência recomenda que, embora seja prática geral da Igreja que os comungantes anglicanos recebam a Sagrada Comunhão das mãos de ministros ordenados da sua própria Igreja ou de Igrejas em comunhão com ela, no entanto, sob a direção geral do bispo, para satisfazer necessidades pastorais especiais, esses comungantes sejam livres de participar na Eucaristia noutras Igrejas que mantenham a fé apostólica, tal como está contida nas Escrituras e resumida nos Credos dos Apóstolos e de Nicéia, e que, conforme a consciência dite, recebam o sacramento, quando souberem que são bem-vindos a fazê-lo.

Conferência de Lambeth de 1930

Resolução 42: A Unidade da Igreja: Áreas Especiais

A Conferência, mantendo como princípio geral que a intercomunhão deve ser o objetivo, e não um meio, para a restauração da união, e tendo em mente a regra geral das Igrejas Anglicanas de que "os membros das Igrejas Anglicanas devem receber a Sagrada Comunhão

apenas dos ministros da sua própria Igreja", sustenta, no entanto, que a administração de tal regra está sob a discricção do bispo, que deve exercer o seu poder de dispensação de acordo com quaisquer princípios que possam ser estabelecidos pela autoridade nacional, regional ou provincial da Igreja na área em questão. Os bispos da Comunhão Anglicana não questionarão a ação de qualquer bispo que possa, na sua discricção assim exercida, sancionar uma exceção à regra geral em áreas especiais, onde as ministrações de uma Igreja Anglicana não estão disponíveis por longos períodos de tempo ou sem viajar grandes distâncias, ou pode dar permissão para que os membros batizados comunicantes de Igrejas que não estão em comunhão com a nossa sejam encorajados a comunicar em Igrejas Anglicanas, quando as ministrações da sua própria Igreja não estão disponíveis, ou noutras circunstâncias especiais ou temporárias.

Nota Explicativa: Tendo em vista os perigos de equívocos, pensamos ser desejável dizer que, ao reconhecer que um bispo da Comunhão Anglicana pode, sob regulamentos muito rigorosos e em circunstâncias muito especiais, permitir que os comunicantes individuais se juntem a membros de outros corpos cristãos nos seus serviços de administração da Ceia do Senhor, sentimo-nos obrigados a considerar as dificuldades criadas pelas condições atuais, especialmente em algumas partes do mundo. Mas gostaríamos de salientar que as circunstâncias muito especiais e as normas muito rigorosas especificadas nesta Resolução mostram por si só que não nos estamos a afastar da regra da nossa Igreja de que o ministro do sacramento da Sagrada Comunhão deve ser um sacerdote ordenado episcopalmente.

Conferência de Lambeth de 1948

Resolução 37: A Igreja e o Mundo Moderno: A Igreja Militante

A Conferência exorta todos os membros da Igreja a considerarem a sua pertença a Cristo na Igreja como o facto central das suas vidas. Devem considerar-se individualmente responsáveis pela vida coletiva e pelo testemunho da Igreja nos locais onde vivem. Eles devem cumprir esta responsabilidade e dar um testemunho distinto

- (a) pela regularidade da sua participação no culto público e especialmente na Santa Ceia;
- (b) ...
- (c) ...
- (d) ...
- (e) ...
- (f) ...

Assim, haverá em cada localidade um centro vivo de fé, testemunho e comunhão cristã.

Resolução 117: Administração da Santa Comunhão

A Conferência afirma que a administração da Comunhão em ambos os tipos está de acordo com o exemplo e preceito de nosso Senhor, foi a prática de toda a Igreja Católica por doze séculos, permaneceu a prática das Igrejas Ortodoxas, e tem sido universalmente mantida pelo ensino e prática da Comunhão Anglicana desde a Reforma.

Resolução 118: Administração da Sagrada Comunhão

A Conferência sustenta que a administração de um cálice comum, sendo bíblica e tendo um significado espiritual de grande valor, deve continuar a ser o método normal de administração na Comunhão Anglicana; mas é de opinião que não há objeção à administração de ambos os tipos pelo método de intinção onde as condições o exijam, e que qualquer parte da Comunhão Anglicana, por regulamento provincial de acordo com o seu próprio procedimento constitucional, tem liberdade para sancionar a administração por intinção como uma alternativa opcional ao método tradicional, e que os métodos de intinção a serem adotados ou permitidos não devem ser deixados ao critério de cada sacerdote

Conferência de Lambeth de 1958

Resolução 74: O Livro de Oração Comum: Revisão do Livro de Oração

A Conferência, reconhecendo o trabalho de revisão do Livro de Oração que está a ser feito em diferentes partes da Comunhão Anglicana,

- (a) chama a atenção para as características dos Livros de Oração Comum que são essenciais para a salvaguarda da nossa unidade: isto é, o uso das Escrituras canônicas e dos Credos, o Santo Batismo, a Confirmação, a Santa Comunhão e o Ordinal;
- (b) observa que existem outras características nos livros que são eficazes na manutenção da ênfase doutrinal tradicional e da cultura eclesial do Anglicanismo e que, portanto, devem ser preservadas;
- (c) e insiste que um dos principais objetivos da revisão do Livro de Oração deve ser o de promover a recuperação do culto da Igreja primitiva, que era o objetivo dos compiladores dos primeiros Livros de Oração da Igreja de Inglaterra.

Resolução 76: O Livro de Oração Comum - O Serviço da Sagrada Comunhão

A Conferência solicita ao Arcebispo de Cantuária, em cooperação com o Órgão Consultivo, que nomeie um comité consultivo para preparar recomendações para a estrutura do serviço da Sagrada Comunhão que possam ser tidas em consideração por qualquer Igreja ou Província que reveja o seu rito eucarístico, e que conservem o equilíbrio doutrinal da tradição anglicana e tenham em conta os atuais conhecimentos litúrgicos.

Resolução 100: A Reconciliação de Conflitos entre e dentro das Nações: O Trabalho de Reconciliação da Igreja

...

- (d) Há necessidade de enfatizar o efeito desastroso na vida comum daqueles que vêm à Mesa do Senhor não reconciliados com seus vizinhos e com amargura em relação a eles em seus corações. - 25 - Resoluções de 1958 Recordamos que o Convite à Sagrada Comunhão é dirigido àqueles que estão "em amor e caridade com o próximo".

Conferência de Lambeth 1968

Resolução 23: Informação Litúrgica

A Conferência saúda e elogia a adoção de uma estrutura comum para a Eucaristia como um importante fator de unificação na nossa Comunhão e ecumenicamente. Pedimos aos comitês litúrgicos provinciais que continuem a manter-se em contacto uns com os outros, fazendo circular os trabalhos em curso entre os presidentes dos outros comitês litúrgicos através do escritório do Secretário-Geral do Conselho Consultivo Anglicano.

Conferência de Lambeth de 1988

Resolução 4: Relações Anglicano-Luteranas

Neste caso: Quando uma Eucaristia conjunta é celebrada numa igreja anglicana, uma bispa ou bispo ou reverenda/o anglicana/o deve presidir, usando uma liturgia anglicana, com a pregação luterana; quando uma Eucaristia conjunta é celebrada numa igreja luterana, um luterano deve presidir usando uma liturgia luterana, com a pregação anglicana....

Conferência de Lambeth 1998

Resolução 111.8: O Relatório de Virgínia

Esta Conferência

- a. ...
- b. ...
- c. afirma que as Igrejas de nossa Comunhão Anglicana estão unidas na comunhão de Deus através de Nosso Senhor Jesus Cristo pelo poder gracioso do Espírito Santo, celebrando o facto de que a nossa comunhão conjunta é mantida na vida e na verdade de Cristo pela dádiva das Sagradas Escrituras, dos Credos dos Apóstolos e de Nicéia, dos sacramentos do Batismo e da Eucaristia, e do episcopado histórico, e recomendando a importância fundamental destes para a consideração dos nossos parceiros no diálogo ecuménico;

Resolução IV.23: A Igreja Católica Romana

Esta Conferência:

- a. ...
- b. acolhe favoravelmente a proposta de uma consulta de alto nível para rever as relações entre a Igreja Anglicana e a Igreja Católica Romana à luz dos acordos alcançados e da "comunhão real, embora imperfeita" já existente entre as Igrejas da Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana. A Conferência solicita que a consulta inclua diferentes situações locais, incluindo o movimento do clero de uma Igreja para outra; a experiência da solidariedade cristã sob perseguição [por exemplo, no Sudão]; discussões sobre as implicações de ter acordos comuns sobre a Doutrina Eucarística e do Ministério e Ordenação, e o estatuto da *Apostolicae curae* no novo contexto trazido pelo trabalho da ARCIC;
- c. reconhece o *status* especial desses Acordos que foram afirmados pela Conferência de Lambeth de 1988 como 'consonantes em substância com a fé dos Anglicanos'

(Doutrina Eucarística, Ministério e Ordenação, e as suas Elucidações) e exorta as províncias a recebê-los na sua vida;

Apêndice II

Alguns textos anglicano-ecuménicos sobre a Eucaristia

Comissão Internacional Anglicana-Romana Católica (ARCIC)

ARCIC: Declaração acordada sobre a Doutrina Eucarística (1971)

I. O mistério da Eucaristia

3. Quando o seu se reúne na eucaristia para comemorar a sua ação salvadora para a nossa redenção, Cristo torna efetivos entre nós os benefícios eternos desta vitória e suscita e renova a nossa resposta de fé, de ação de graças e de entrega. Cristo, através do Espírito Santo na eucaristia, edifica a vida da igreja, fortalece a sua comunhão e promove a sua missão. A identidade da igreja como corpo de Cristo é expressa e efetivamente proclamada pelo facto de estar centrada no seu corpo e sangue e participar dele. Em toda a ação da eucaristia, e na e pela sua presença sacramental dada através do pão e do vinho, o Senhor crucificado e ressuscitado, de acordo com a sua promessa, oferece-se ao seu povo.

III. A presença de Cristo

6. A comunhão com Cristo na Eucaristia pressupõe a sua presença real, significada efetivamente pelo pão e pelo vinho que, neste mistério, se tornam o seu corpo e o seu sangue [2] (Nota de rodapé 2: A palavra transubstanciação é usada habitualmente na Igreja Católica Romana para indicar que Deus, atuando na Eucaristia, opera uma mudança na realidade interna dos elementos. O termo deve ser visto como afirmando o facto da presença de Cristo e da mudança misteriosa e radical que ocorre. Na teologia católica romana contemporânea não é entendido como explicando como a mudança ocorre).

A presença real do seu corpo e do seu sangue só pode, no entanto, ser compreendida no contexto da atividade redentora pela qual ele se dá a si mesmo, e em si mesmo, reconciliação, paz e vida, aos seus. Por um lado, o dom eucarístico brota do mistério pascal da morte e ressurreição de Cristo, no qual o desígnio salvífico de Deus já se realizou definitivamente. Por outro lado, o seu objetivo é transmitir a vida de Cristo crucificado e ressuscitado ao seu corpo, a Igreja, para que os seus membros possam estar mais plenamente unidos a Cristo e uns aos outros.

7. Cristo está presente e ativo, de várias maneiras, em toda a celebração eucarística. É o mesmo Senhor que, através da palavra proclamada, convida o seu povo à sua mesa, que, através do seu ministro, preside a essa mesa e que se entrega sacramentalmente no corpo e no sangue do seu sacrifício pascal. É o Senhor presente à direita do Pai e, portanto, transcendendo a ordem sacramental, que oferece assim à sua Igreja, nos sinais eucarísticos, o dom especial de si mesmo.

8. O corpo e o sangue sacramentais do Salvador estão presentes como oferta ao crente que espera o seu acolhimento. Quando esta oferta é acolhida pela fé, dá-se um encontro vivificante. Através da fé, a presença de Cristo, que não depende da fé do indivíduo para ser o verdadeiro dom do Senhor à sua Igreja, torna-se não só uma presença para o crente,

mas também uma presença com o crente. Assim, ao considerarmos o mistério da presença eucarística, temos de reconhecer tanto o sinal sacramental da presença de Cristo como a relação pessoal entre Cristo e os fiéis que decorre dessa presença.

9. As palavras do Senhor na última ceia, "Tomai e comei, isto é o meu corpo", não nos permitem dissociar o dom da presença e o ato de comer sacramental. Os elementos não são meros sinais; o corpo e o sangue de Cristo tornam-se realmente presentes e são realmente dados. Mas estão realmente presentes e são dados para que, ao recebê-los, os crentes se unam em comunhão com Cristo Senhor.

10. Segundo a ordem tradicional da liturgia, a oração consecratória (anáfora) conduz à comunhão dos fiéis. Através desta oração de ação de graças, palavra de fé dirigida ao Pai, o pão e o vinho tornam-se, por ação do Espírito Santo, o corpo e o sangue de Cristo, de modo que, na comunhão, comemos a carne de Cristo e bebemos o seu sangue.

11. O Senhor que assim vem ao encontro do seu povo na força do Espírito Santo é o Senhor da glória. Na celebração eucarística, antecipamos as alegrias do mundo que há-de vir. Pela ação transformadora do Espírito de Deus, o pão e o vinho terrenos tornam-se o maná celeste e o vinho novo, o banquete escatológico do homem novo: elementos da primeira criação tornam-se penhor e primícias do novo céu e da nova terra.

ARCIC: Elucidação (1979)

A presença de Cristo na Eucaristia

6. A afirmação de que o pão e o vinho se tornam o corpo e o sangue de Cristo na eucaristia (parágrafo 10) suscitou críticas. Suspeitou-se que a palavra "se tornar" exprimisse uma conceção materialista da presença de Cristo, o que pareceu a alguns ser confirmado pela nota de rodapé sobre a palavra transubstanciação, que também fala de mudança. Teme-se que isto sugira que a presença de Cristo na eucaristia está confinada aos elementos e que a Presença Real envolve uma mudança física neles.

Para responder a estes comentários, a Comissão recorda que a Declaração afirmava que:

1. É o próprio Senhor glorificado que a comunidade dos fiéis encontra na celebração eucarística através da pregação da palavra, na comunhão da ceia do Senhor, no coração do crente e, de forma sacramental, através dos dons do seu corpo e do seu sangue, já dados na cruz para a sua salvação.
2. O seu corpo e o seu sangue são dados pela ação do Espírito Santo, que se apropria do pão e do vinho para que se tornem o alimento da nova criação já inaugurada pela vinda de Cristo (cf. parágrafos 7, 10, 11).

Tornar-se não implica aqui uma mudança material. O uso litúrgico da palavra também não implica que o pão e o vinho se tornem o corpo e o sangue de Cristo, de tal modo que, na celebração eucarística, a sua presença se limite aos elementos consagrados. Não implica que Cristo se torne presente na eucaristia da mesma forma que esteve presente na sua vida terrena. Não implica que este tornar-se siga as leis físicas deste mundo. O que se afirma aqui é uma presença sacramental em que Deus usa realidades deste mundo para transmitir as realidades da nova criação: o pão para esta vida torna-se o pão da vida eterna. Antes da oração eucarística, à pergunta: "O que é isto?", o crente responde: É pão. Depois da oração eucarística, à mesma pergunta, responde: É verdadeiramente o corpo de Cristo, o Pão da Vida".

Na ordem sacramental, as realidades da fé tornam-se presentes em sinais visíveis e tangíveis, permitindo aos cristãos usufruir dos frutos da redenção definitiva. Na eucaristia, a pessoa humana encontra na fé a pessoa de Cristo no seu corpo e sangue sacramentais. É neste sentido que a comunidade, corpo de Cristo, ao participar no corpo sacramental do Senhor ressuscitado, cresce na unidade que Deus quer para a sua Igreja. A mudança final pretendida por Deus é a transformação dos seres humanos à semelhança de Cristo. O pão e o vinho tornam-se o corpo e o sangue sacramentais de Cristo, para que a comunidade cristã se torne mais verdadeiramente aquilo que já é, o corpo de Cristo.

Dom e acolhimento

7. Esta transformação à semelhança de Cristo exige que os dons eucarísticos sejam recebidos na fé. No mistério da eucaristia, discernimos não um, mas dois movimentos complementares numa unidade indissolúvel: Cristo que dá o seu corpo e o seu sangue, e os comungantes que se alimentam deles nos seus corações pela fé. Algumas tradições colocaram uma ênfase especial na associação da presença de Cristo com os elementos consagrados; outras enfatizaram a presença de Cristo no coração do crente através da receção pela fé. No passado, surgiram grandes dificuldades quando uma ou outra destas ênfases se tornou mais exclusiva. Na opinião da Comissão, nenhuma destas ênfases é incompatível com a fé eucarística, desde que não se negue o movimento complementar sublinhado pela outra posição. A doutrina eucarística deve manter unidos estes dois movimentos, pois na eucaristia, sacramento da Nova Aliança, Cristo dá-se ao seu povo para que este o receba pela fé.

ARCIC: A Igreja como comunhão (1990)

É característico do Apóstolo Paulo falar da relação dos crentes com o seu Senhor como estando "em Cristo" e de Cristo estar no crente através da habitação do Espírito Santo (Rm 8,1-11; 2Cor 5,17; Cl 1,27-28; Gl 2,20; cf. também Jo 15,1-11). Esta relação Paulo também a firma na sua descrição da Igreja como o único corpo de Cristo. Esta descrição está integralmente ligada à presença de Cristo na Eucaristia. Os que participam na ceia do Senhor são um só corpo em Cristo, porque todos participam do mesmo pão (1 Cor 10,16-17 e 12,23-30). Esta descrição sublinha a relação íntima e orgânica que existe entre o Senhor ressuscitado e todos aqueles que recebem uma vida nova através da comunhão com ele. Sublinha igualmente a relação orgânica assim estabelecida entre os membros do único corpo, a Igreja. Todos os que participam nas "coisas santas" da vida sacramental são santificados através delas: porque participam nelas em conjunto, estão em comunhão uns com os outros.

Comissão Internacional para o Diálogo Teológico Anglicano-Ortodoxo (ICAOTD) A Declaração de Moscovo (1976)

23. A compreensão eucarística da Igreja afirma a presença de Jesus Cristo na Igreja, que é o seu Corpo, e na Eucaristia. Pela ação do Espírito Santo, todos os fiéis comunicantes participam do único Corpo de Cristo e tornam-se um só corpo nele.

24. A Eucaristia atualiza a Igreja. A comunidade cristã tem um carácter sacramental fundamental. A Igreja pode ser descrita como uma *synaxis* ou uma *ecclesia*, que é, na sua essência, uma assembleia de culto e eucarística. A Igreja não é apenas construída pela Eucaristia, mas é também uma condição para ela. Por isso, é preciso ser membro crente da Igreja para receber a Sagrada Comunhão. A Igreja que celebra a Eucaristia torna-se plenamente ela mesma; isto é *koinonia*, comunhão - comunhão. A Igreja celebra a Eucaristia como o ato

central da sua existência, no qual a comunidade eclesial, como realidade viva que confessa a sua fé, recebe a sua realização.

25. Pela oração consecratória, dirigida ao Pai, o pão e o vinho tornam-se, pela ação do Espírito Santo, o Corpo e o Sangue de Cristo glorificado, de tal modo que o povo fiel de Deus que recebe Cristo se alimenta dele no sacramento (1Cor 10,16). Assim, a Igreja depende da ação do Espírito Santo e é a comunidade visível na qual o Espírito é conhecido.

VII A invocação do Espírito Santo na Eucaristia

29. A Eucaristia é a ação da Santíssima Trindade. O Pai dá à Igreja o Corpo e o Sangue de Cristo pela descida do Espírito Santo, em resposta à oração da Igreja. A Liturgia é esta oração para que os dons eucarísticos sejam dados. É neste contexto que a invocação do Espírito Santo deve ser entendida. A ação do Espírito Santo é essencial para a Eucaristia, quer seja explicitamente expressa ou não. Quando é articulada, a Epiclese exprime a ação do Espírito com o Pai na consagração dos elementos como Corpo e Sangue de Cristo.

30. A consagração do pão e do vinho resulta de toda a liturgia sacramental. O ato de consagração inclui alguns momentos próprios e adequados - ação de graças, anamnese, epiclese. A compreensão mais profunda da santificação dos elementos rejeita qualquer teoria de consagração por fórmula - seja por Palavras de Instituição ou Epiclese. Para os ortodoxos, o momento culminante e decisivo da consagração é a Epiclese.

31. A unidade dos membros da Igreja é renovada pelo Espírito no ato eucarístico. O Espírito não vem apenas sobre os elementos, mas sobre a comunidade. A Epiclese é uma dupla invocação: pela invocação do Espírito, os membros de Cristo são alimentados pelo seu Corpo e Sangue, para que cresçam na santidade e sejam fortes para manifestar Cristo ao mundo e realizar a sua obra na força do Espírito. Guardamos este tesouro em vasos de barro". A recepção dos Dons Sagrados exige arrependimento e obediência. Cristo julga os membros pecadores da Igreja. Está sempre próximo o tempo em que o julgamento deve começar na casa de Deus (2 Cor. 4,7; 1 Ped. 4,17).

32. Embora a epiclese tenha um significado especial na Eucaristia, não devemos restringir o conceito apenas à Eucaristia. Em todos os sacramentos, orações e bênçãos, a Igreja invoca o Espírito Santo e, de todas as formas, pede-lhe que santifique toda a criação. A Igreja é a Comunidade que vive da invocação contínua do Espírito Santo.

A Igreja do Deus Uno e Trino (2006)

17. Quando as/os bispos, ou as/os presbíteras/os como representantes da/o bispa/o, celebram a Eucaristia, constroem a unidade eclesial. Na Eucaristia, o povo Sacerdócio, Cristo e a Igreja de Deus estão em constante relação pessoal e comunitária com Cristo, o Senhor ressuscitado. Desde os tempos mais antigos, as ordenações são litúrgica e teologicamente inseparáveis da comunhão eucarística. O facto de a reunião eucarística ser o cenário exclusivo das ordenações ministeriais afirma que o sacerdócio pertence à comunidade eucarística. O sacerdócio existe para a comunidade; é por isso que cada ordenação tem lugar no contexto da assembleia eucarística. O povo de Deus, reunido na comunhão eucarística, constitui a base do ministério sacerdotal ordenado.

18. Esta compreensão da ordenação tem implicações de suma importância tanto para uma teologia do sacerdócio como para uma compreensão do seu papel na unidade eclesial. Em primeiro lugar, devemos sublinhar que a Eucaristia é indispensável para o nosso bem-

estar espiritual, como sacramento decisivo para a nossa existência eclesial. Como tal, não deve ser vista como um rito objetivado, desligado da nossa identidade corporativa, mas como algo que brota da própria comunidade. A Eucaristia deve ser entendida como um dom para a comunidade, tanto para o ministro como para o povo. Neste sentido, a Eucaristia não é a ação de um indivíduo ordenado, mas a de uma comunidade; é celebrada pelo sacerdote e pelo povo em conjunto. A Eucaristia é uma ação litúrgica que é obra do povo, não de um ministro separado da comunidade eclesial. Em última análise, o celebrante da Eucaristia é o próprio Cristo, que atua através da/o bispa/o ou da/o presbítera/o que a preside e da comunidade para edificar o corpo de Cristo.

19. O sacerdote presidente da assembleia eucarística exerce um ministério icónico. Como a Declaração acordada de Dublin deixou claro, "Na Eucaristia, o sacerdócio eterno de Cristo manifesta-se constantemente no tempo. O celebrante (presidente), na ação litúrgica, tem um duplo ministério: como ícone de Cristo, agindo em nome de Cristo para com a comunidade e também como representante da comunidade que exprime o sacerdócio dos fiéis" (DAS p.56). No contexto da Eucaristia, o bispo ou presbítero representa Cristo de uma forma particular. Ao tomar o pão e o vinho, dar graças, partir e dar, o sacerdote configura-se a Cristo na Última Ceia. O presidente reúne a vida e a oração de todas as pessoas batizadas e oferece-as ao Pai com o pão e o vinho. Na oração eucarística, a oferta de louvor e de ação de graças pelos grandes feitos de Deus, que culminam no sacrifício do mistério pascal, é oferecida por toda a criação. Recebidos pelo Pai, os dons do pão e do vinho são restituídos no Espírito Santo como a vida ressuscitada de Cristo, o seu corpo e o seu sangue, o pão do céu e o cálice da salvação. Na ação eucarística, a Igreja renova-se na sua oração e na sua oferta como povo sacerdotal de Deus.

20. Queremos voltar a sublinhar que o sacerdócio não pode existir fora da comunidade. Não é uma autoridade ou um poder acima da comunidade, nem uma função ou um ofício paralelo ou exterior a ela. O sacerdócio está intrinsecamente relacionado com a oferta eucarística, o evento central de fortalecimento e fonte de unidade da comunidade eclesial. Isto significa que as comunidades locais encontram a sua unidade no seu sacerdote, através do qual a comunidade local forma um corpo eucarístico, sacramentalmente ligado e canonicamente unido à plenitude católica da Igreja. Através do dom da graça concedido à pessoa ordenada, a unidade eclesial e a catolicidade realizam-se num lugar particular como participação eucarística. O sacerdócio existe, portanto, como um dom da graça que pertence, não a indivíduos por direito próprio, mas a pessoas que se dedicam a servir a comunidade. São significativas as palavras de Cristo dirigidas aos seus discípulos, que descrevem claramente o verdadeiro carácter do serviço sacerdotal: "Sabeis que os chefes das nações as dominam e que os seus grandes são tiranos sobre elas. Não será assim entre vós; mas quem quiser ser grande entre vós será vosso servo, e quem quiser ser o primeiro entre vós será vosso escravo; assim como o Filho do Homem veio, não para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos" (Mateus 20,25-28).

Projeto de relatório para o ACC18

Um documento sobre a Comunhão Virtual e a Pandemia de Covid-19 de membros da Consulta Litúrgica Anglicana Internacional

Do que se trata?

Comunhão Virtual e a Pandemia de Covid-19 é um documento produzido por um pequeno grupo de membros da Consulta Litúrgica Anglicana Internacional, a pedido da

Reunião dos Primazes, para considerar quais variações, se houver, na celebração normal da Eucaristia pelo povo de Deus reunido podem ser aceitáveis nas circunstâncias da pandemia de Covid-19. Explora particularmente as oportunidades oferecidas pela tecnologia para o envolvimento virtual no culto.

A Comissão Permanente Inter-Anglicana para a Unidade, Fé e Ordem (IASCUFO) analisou o documento, confirmou as suas conclusões e recomendou-o aos Primazes, que agora, por sua vez, o recomendam ao ACC. A IASCUFO recomenda que o documento seja lido dentro do contexto mais amplo da compreensão anglicana da Eucaristia, para dar uma base mais completa ao seu raciocínio. Os apêndices apresentam textos da tradição anglicana e declarações ecumênicas acordadas que fornecem algum deste contexto mais amplo.

Que questões são abordadas?

O documento considera várias opções que as comunidades de culto, impossibilitadas de se reunirem pessoalmente, mas capazes de se reunirem através de meios eletrônicos, têm seguido durante a pandemia. Estas opções vão desde a abstenção total da celebração eucarística até se poderem reunir de novo, passando pela comunhão espiritual, até ao sacerdote (e família) receberem sozinhos a comunhão, até sugestões de consagração "à distância" dos elementos.

O documento considera, então, as questões que surgem da participação remota na Eucaristia, baseando-se em entendimentos e práticas tradicionais anglicanas e outras mais amplas. Reconhecendo que alguma forma de serviço virtual pode, às vezes, ser a melhor opção disponível, ele faz recomendações sobre o que pode ser recomendado, como os Serviços da Palavra, e o que deve ser desencorajado. Este último inclui o facto de o presidente receber sozinho os elementos consagrados e qualquer forma de "consagração à distância" ou de utilização do pão e do vinho em casa.

Porque é que é importante?

A celebração correta do sacramento da Eucaristia, a Sagrada Comunhão, é um dos pilares centrais do entendimento anglicano, de acordo com a tradição contínua da Igreja. Este facto é sublinhado na terceira disposição do Quadrilátero de Chicago-Lambeth:

iii. Os dois sacramentos ordenados pelo próprio Cristo - o Batismo e a Ceia do Senhor - ministrados com o uso infalível das palavras de instituição de Cristo e dos elementos por ele ordenados.

Por isso, sempre se resistiu a qualquer variação dessas normas, por exemplo, com o uso de alternativas ao pão e ao vinho.

O documento julga que algumas práticas sugeridas como formas de responder à pandemia de Covid-19, incluindo qualquer proposta de "consagração remota", não são consistentes com a teologia e a prática anglicana e, portanto, devem ser desencorajadas. Mais uma vez, a IASCUFO apoia fortemente estas conclusões.

O documento propõe recursos para ajudar o clero e as comunidades a compreenderem melhor a importância e a fundamentação destas conclusões. Poder-se-ia também considerar as práticas espirituais de abstinência e jejum, como formas de se alinhar com outros que sofrem privações de várias formas.

O que é pedido ao CCA?

Pede-se ao ACC que considere o seguinte projeto de Resolução:

O Conselho Consultivo Anglicano

- Acolhe com satisfação o documento Comunhão Virtual e a Pandemia de Covid-19
- Recomenda o relatório às Igrejas da Comunhão Anglicana, para estudo e adoção;
- Afirma as recomendações expressas como "Sugestões para um caminho a seguir" e endossa a opinião de que qualquer tipo de "consagração virtual" não é consistente com a teologia anglicana e a prática da celebração da Eucaristia e, portanto, deve ser desencorajada;
- Solicita à Consulta Internacional Anglicana de Liturgia que desenvolva recursos para ajudar o clero e as comunidades a considerar as questões teológicas e litúrgicas relacionadas a essa questão;
- Convida a Consulta Litúrgica Internacional Anglicana a realizar um estudo mais alargado sobre a utilização do espaço virtual, dos meios de comunicação social e do envolvimento digital, em relação ao culto e à comunidade cristã;
- Encoraja a Consulta Litúrgica Internacional Anglicana a considerar como as práticas espirituais de jejum e abstinência, incluindo a participação na Eucaristia, podem oferecer formas positivas de se alinhar em solidariedade com aqueles que sofrem privações de qualquer tipo.